



SSN: 2310-0036

Vol. 14 | Nº. 1| Ano 2023

José Alfredo Pereira de Albuquerque

Universidade Católica de Moçambique

Kátia de Figueiredo

Instituto de Educação à Distância-UCM

Longo Pedro Chuva

Universidade Católica de Moçambique



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

A Comunicação como Vector de Desenvolvimento Sustentável no Contexto de Exploração de Recursos Naturais no Município X em Tete-Moçambique

Communication as a Vector of Sustainable Development in the Context of Natural Resources Exploitation in Municipality X in Tete -Mozambique

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo geral analisar o desenvolvido do processo de comunicação no município da cidade X num contexto em que se vivencia uma generalizada crise local e manifestos populares agudizados pela falta de cumprimentos de alguns benefícios esperados pela população daquela cidade. Metodologicamente, trata-se de uma metodologia qualitativa, na modalidade de estudo de caso, quanto aos objectivos, ela é exploratória descritiva e para recolha de dados utilizou-se as técnicas de entrevista semiestruturada. Para apresentação e análise de dados usou-se o método de análise de conteúdos. Como conclusão, constatou-se que não existe um plano estratégico de comunicação apenas mas faz referência de uma “maneira” de comunicação entre os gestores municipais e os munícipes, onde a informação começa no Gabinete do presidente e termina no munícipe. As reuniões feitas não são eficientes porque constatou-se que há falta de compreensão por parte da população. Contudo, segundo os resultados da pesquisa, chegou-se a conclusão de que o processo de comunicação entre as entidades locais (Município) e a comunidade do município da cidade X tem uma deficiência.

Palavras-chaves: Comunicação, Comunidade e Município.

Abstract

The main objective of this article is to analyze how the communication process is developed in the Municipality of Cityin a context in which there is a widespread local crisis and popular manifestos worsened by the lack of compliance with some benefits expected by the population of that city. Methodologically, it is a qualitative methodology, in the form of a case study, in terms of objectives, it is exploratory and descriptive and semi-structured interview techniques were used to collect the data. To present and analyze the data, the content analysis method was used. In conclusion, it was found that there is no strategic communication plan, it only refers to a “way” of communication between municipal managers and citizens, where information begins in the President's Office and ends with the citizen. The meetings held are not efficient because there is a lack of understanding on the part of the population. However, according to the research results, it was concluded that the communication process between local entities (Municipality) and the community of the municipality of city X has deficiency.

Keywords: Communication, Community and Municipality.

Introdução

Com a exploração dos jazigos naturais e minerais nos últimos anos em Moçambique, particularmente na Província de Tete, ganhou-se novo horizonte em quase todas as esferas, tanto político, assim como social, económica e cultural. E com isso, grandes empresas especializadas, assim como mega projectos de exploração de recursos naturais e minerais apareceram, e consigo trouxeram muitas oportunidades e benefícios locais, como é o caso de abertura de oportunidades de negócios, receitas fiscais, bem como postos de trabalho para a população não só local, mas também das outras cidades e províncias do país e na diáspora.

Nesse processo, nem tudo decorreu como se esperava, isso porque, logo no início da implantação dessas empresas exploradoras no município X, uma “avalanche” de conflitos foram e continuando a registar-se entre a comunidade local, as entidades públicas e as empresas mineradoras, tendo afectado desse modo toda estrutura do processo de desenvolvimento local.

Só para se ter uma ideia da problemática, notícias vinculadas nas mídias nacionais, concretamente em Junho de 2022, dizia-se que foi registada uma manifestação protagonizada pela população que vive no municípios da cidade X da província de Tete que reclamava dentre várias situações, a falta de comunicação sobre a troca da gestão (venda das acções) da Mina de Carvão da empresa Vale-Moçambique em Moatize para a empresa *Vulcan Resource*, uma vez que, segundo a população, existem certas cláusulas dos memorandos que haviam entre eles, e que ainda não tinham sido cumpridas. Para a população, a vale-Moçambique não poderia sair antes do pagamento das suas obrigações (indenizações) e o Governo Municipal (que é o elo de ligação entre as partes, o garante da justiça) nada faz para que isso aconteça. É neste contexto que a presente pesquisa levanta a seguinte questão: como é feito o processo de comunicação entre as entidades Locais (Município) e a comunidade?

E, para responder a esta problemática, o presente estudo tem como principal objectivo perceber como o processo de comunicação entre a comunidade local e o município da cidade X da província de Tete, é desenvolvido, partindo do pressuposto de que qualquer actividade ou programa, principalmente de índole comunitária precisa da comunicação como vector que vai interligar todos os intervenientes deste processo para que se alcance de maneira eficaz e eficiente os objectivos desejados. E de forma específica, os objectivos desse estudo visam (i) identificar a estratégia de comunicação utilizadas pelo município, (ii) descrever como se materializa a estratégia e (iii) perceber da população qual é a efectivação da mesma.

Este estudo é relevante porque explica a importância da comunicação como vector de desenvolvimento sustentável ao demonstrar seu papel como mediador na socialização e na transmissão de significados que visam integrar pessoas dentro de uma sociedade ou de uma organização social no contexto de exploração de recursos minerais.

Sendo o processo da comunicação, de desenvolvimento sustentável e de exploração de recursos minerais pouco explorado no nosso país, as dificuldades encontradas foram a obtenção de algumas fontes de evidência e material literário para suportar o estudo.

Revisão Bibliográfica

Tipos de Comunicação

São vários os autores que discutem o conceito de comunicação que, pela sua natureza, abraça inúmeras vertentes, dependendo das áreas pelas quais pretende-se abordar. Importa referir que esta pesquisa discute a componente comunicação focada no desenvolvimento sustentável em contexto de exploração dos Recursos Naturais.

Mefalopulos (s.d, citado por 4 Change Comunidades Activas, 2014) destaca alguns tipos de comunicação que uma organização ou instituição pode usar: Comunicação institucional externa, Comunicação Institucional Interna, Advocacia ou Influência Política e Comunicação para o Desenvolvimento, esta última, objectiva apoiar mudanças embasadas nas intervenções que suscitam o desenvolvimento, envolvendo de forma permanente actores chave. Tem como finalidade a criação de ambientes propícios de avaliação de riscos e oportunidades; dissemina informação; motiva comportamentos e mudança social.

A presente pesquisa se desdobra no âmbito da comunicação para o desenvolvimento pelo facto de esta tipologia demonstrar de forma clara e evidente a sua preocupação em mudanças (através da inclusão e respeito mútuo) que propiciam a melhoria e desenvolvimento sustentável social. Como diz Magalhães (s.d), actualmente utiliza-se muito a comunicação persuasiva, e ela até pode revelar-se eficaz na medida em que vai alcançando alguns objectivos traçados, mas é preciso reconhecer que essa modalidade comunicacional não organiza, não gera conhecimento e consciência, muito menos educa e capacita. Quanto às restantes tipologias dispensa-se pelo facto da sua natureza não se constituir relevante para a presente pesquisa.

Elementos da Comunicação

Os elementos da comunicação variam de diferentes pontos de vistas, isto é, de um autor para outro e em diferentes contextualizações.

Para Kotler e Armstrong (2007), uma comunicação é eficiente quando agrupa esses nove elementos fundamentais no seu processo de execução, nomeadamente: Emissor; Codificação; Mensagem; Midia; Decodificação; Receptor; Resposta; *FeedBack* por fim Ruído. Na óptica de Caetano (2013) para comunicar é necessário usar basicamente quatro elementos: Emissor - que também o consideram como a fonte de comunicação - é a pessoa que emite a mensagem para a outra pessoa, ou seja, para o destino; Mensagem - é o que o comunicador pretende transmitir ou transmite, considerada também como o objecto de comunicação; Receptor - é a parte destinatária na qual a mensagem é recebida, ou seja, é a pessoa que recebe a informação; e o último elemento é o Suporte da Mensagem - é o meio que permite fazer chegar a mensagem ao destinatário.

Portanto percebe-se que existem diversas abordagens quando se pretende conceituar e identificar os elementos de base do processo de comunicação. Importa destacar que a última abordagem, faz uma síntese desse processo, agrupando alguns aspectos de forma sistemática. Quando não respeita um desses elementos, enfrenta-se graves problemas, por vezes de difícil diagnóstico, facto que pode pôr em perigo a efectivação do processo de comunicação.

Indo na vertente comunitária, Sampaio (2015) diz que comunicação comunitária é falar de algo que é produzido pela comunidade, ou seja, é uma comunicação produzida em comunidade para o consumo

próprio. Proveniente do latim *communitate*, a palavra comunidade refere-se a algo em “comum” que pode ser um grupo de pessoas que tenha algo que os une. Para se estar em comunidade deve haver solidariedade entre pessoas ou entre grupos que partilham interesses em comum e que tem a comunicação como um vector imprescindível para a efectivação das suas relações ou interacções. Lembrando que essa partilha de interesses vem acompanhado de um sentimento de pertença. Palácios (1990, cit. em Becker, 2015), no seu perceber acrescenta dizendo que a comunidade, também pode ser vista como qualquer forma de relação que se caracteriza por diversas situações de vida, objectivos, problemas e interesses que sejam comuns, independentemente da dimensão desse grupo, bem como, de sua dispersão ou proximidade geográfica.

Assim, percebe-se de forma clara que não se pode falar de comunidade sem que se tenha um “denominador comum” ou algo em comum. Este fenómeno extrapola necessariamente a vertente território ou espaço físico. Percebe-se ainda que a comunicação é uma peça importante que assegura o diálogo, a relação em comunidade, bem como, incentiva a partilha de interesses, não só dos participantes internos, mas também daqueles que estão fora dela. A proximidade destes conceitos (comunicação e comunidade) esta sempre presente no dia-dia, facto que demonstra que as pessoas estão e vão continuar promovendo constantes trocas de ideias e experiências (Sampaio, 2015).

A comunicação ligada à comunidade é o único caminho que possibilita com que as narrativas sejam protagonizadas, construídas e apresentadas pelos próprios elementos da comunidade para a sua comunidade. Um veículo comunitário faz com que a comunidade produza um discurso próprio, sem filtros e intermediários (Paiva, 2003). E Sampaio (2015) incrementa dizendo que ela pode se servir de diversos meios de comunicação tradicionais, incluindo a face a face para atender aos objectivos e anseios das comunidades. Antes de se iniciar um trabalho comunitário de comunicação, deve-se antes, ter em conta as características da comunidade e inventariar os seus principais problemas que através da comunicação podem ser resolvidos. E isso é necessário porque só assim é que se pode estabelecer uma prioridade na planificação e desenvolvimento das actividades inerentes ao bem-estar da população através da comunicação.

A inclusão de todos os membros da comunidade é um factor importante, isto porque, escutando as suas contribuições favorece o diálogo e o entendimento entre eles. A construção de um projecto conjunto que obedeça todas as formas possíveis de participação desde de cariz horizontal e vertical tem maior probabilidade de ter sucesso na sua efectivação (Punch, 2003).

Instrumentos e Técnicas de Comunicação Comunitária

Sampaio (2015) destaca alguns instrumentos e técnicas que podem ser utilizados na comunicação comunitária e que facilitam o engajamento e a participação dos membros da comunidade: Para o autor pode-se até querer utilizar pela *Internet* as redes sociais (*blogs*, grupos de *WhatsApp*, *facebook* e *fanpages* entre outros) pelo facto de terem um maior raio de abrangência na mobilização de pessoas, mas há que assegurar na sua selecção que as mesmas sejam disponíveis e acessíveis para a maioria da população ou membros da comunidade. Quanto as outras formas que não são digitais, o autor apresenta alguns outros exemplos a saber: Rádio Comunitária: A rádio, quando trabalhada em comunidade, pode auxiliar na aproximação entre as pessoas; Jornal Comunitário: similar ao jornal impresso em seu formato; Jornal Mural: neste formato, um resumo do conteúdo produzido no jornal comunitário e Fanzines ou Zines: tem como referência em formato de revistas.

Ainda Sampaio (2015) diz que de acordo com os problemas identificados na comunidade e nas soluções apresentadas a partir dos tipos de técnicas e instrumentos de comunicação comunitária apresentados acima, pode-se utilizar o modelo proposto por H. Lasswell (1948) para se pensar na elaboração de cada um dos veículos de comunicação proposto, esse modelo se caracteriza em: (quê? quem? Fala o quê? Onde? Como? Quando? Por quê?).

Todos os instrumentos de comunicação devem atender a estas perguntas (Quê? Quem? Falar o quê? Onde? Quando? Por quê?). Só assim é que pode garantir o entendimento da mensagem por quem for recebê-la, nesse caso o receptor. Os jornais utilizam bastante essa forma de comunicar por causa da sua natureza efectiva, pois garante que as principais informações estejam presentes nas notícias. A comunicação Comunitária pode e deve ser feita “pela” e “para” a comunidade, isto porque, dependendo das habilidades dos seus membros constituintes, pode-se produzir informações, conteúdos e notícias entre outros aspectos condizentes a comunicação. Evitando assim o consumo de conteúdos já prontos e que não dizem respeito ao quotidiano, a realidade e os problemas endémicos.

Portanto segundo Peruzzo (s.d) o espaço na mídia comunitária é, hoje, uma zona bastante conflituante devido a vários interesses que extrapolam necessariamente o propósito pelo qual elas foram criadas. Há necessidade de se distinguir o que é aceitável e válido em matéria de comunicação comunitária ou local, daquilo que é simples apropriação de um espaço garantido legalmente às actividades e práticas associativas comunitárias, para a utilização indevida como é o caso de fins comerciais, político partidário e religioso.

Portanto, há necessidade de se observar de maneira minuciosa e intervir quando for necessário que os meios de comunicação que de veriam ser comunitárias não se alienem ou se deixem transformar em meios difusores de interesses de cunho individual. Escusando-se dessa maneira de atender os anseios da comunidade, de resolver os problemas que os apoquentam e de incluir os seus membros em diversos níveis de participação dependendo de habilidades específicas para produzirem conteúdos que reflectem e espelham a realidade local.

Metodologia

Tendo em conta o problema e os objectivos, a pesquisa inscreve-se numa metodologia qualitativa pelo facto de pesquisar-se um fenómeno dentro do contexto real buscando e apreender a totalidade da situação e criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objecto delimitado (Martins, 2006; Bogdan & Biklen, 1994).

O estudo foi feito no município X da Província de Tete e contou com cinco (05) participantes. A recolha de dados foi por consentimento dos entrevistados. Estes foram igualmente codificados por siglas e não pelos nomes. Neste caso, foram entrevistados o Presidente do Município (PM); chefe de uma das localidades (CL); Adjunto Secretário do Bairro (ASB) e dois (2) Municípes (M1 e M2)

Relativamente aos critérios de selecção, o PM, CL e ASB são as pessoas de contacto no município que lidam directamente com as questões de comunicação, acreditou-se ser os participantes que em melhor condição estariam para falar sobre a comunicação. Os municípes (M1 e M2) estes são os receptores e emissores da informação ao nível da base (na comunidade). De realçar que a técnica de selecção utilizada foi por conveniência.

Assim, optou-se pela entrevista semiestruturada de forma a controlar a validade dos significados expressos nas narrativas, descrição e interpretação através de um processo dinâmico que se socorre da análise de conteúdo (Martins, 2006; Siena, 2007). A recolha de informação foi com anuência dos entrevistados. Estes foram igualmente tratados por siglas e não pelos nomes e codificadas como viu-se anteriormente.

Como procedimento de análise de dados privilegiou-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1979). E no plano da gestão operacional das entrevistas procedeu-se a transcrição das entrevistas. Sendo assim, seguiu-se as seguintes fases (Marshall & Rossman, 1999, cit. em Afonso 2005):

A organização dos dados fez-se através da produção de categorias, seguido do processo de codificação, onde foi atribuído um código a cada categoria. Assim, criou-se a categoria A. - Estratégia de comunicação; B. - Processo de comunicação no município; e C. - Reuniões existentes entre o município e a comunidade. Depois seguiu-se a fase da testagem das interpretações fazendo o confronto com explicações alternativas. E finalmente fez-se a análise e interpretação de dados. Nesta fase, produziu-se o texto em que interpretam os dados organizados em dois momentos distintos: A apresentação dos resultados e a Discussão dos mesmos.

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

O processo de apresentação e discussão dos resultados teve em conta três (3) categorias, nomeadamente: A. Estratégia de Comunicação; B. Processo de Comunicação no Município; C. Reuniões existentes entre o Município e Comunidade. Assim sendo, cada categoria foi subdividida por subcategorias. A primeira categoria (A) tem como subcategoria: a Estratégia de comunicação institucional; a segunda categoria (B), tem como subcategoria: a comunicação do conselho municipal com os munícipes; ea terceira categoria (C) tem como subcategorias: frequência das reuniões e eficácia das reuniões.

(A) Estratégia de Comunicação

Nesta categoria com única subcategoria onde se pretendia saber dos entrevistados qual é a estratégia de comunicação existente entre o município e as comunidades locais e se está institucionalizada. Nesta perspectiva, os entrevistados (PM e ASB) fizeram referência à não existência, no Conselho Municipal, de uma estratégia de comunicação institucionalizada. Por sua vez, o entrevistado (CL) afirmou que não existe uma estratégia de comunicação institucional, mas sim, uma “maneira” de comunicação, onde a informação tem a seguinte sequência: Gabinete do Presidente- Chefes de Localidade – Secretários do Bairro- Chefe de Unidade – Chefe de Quarteirão – Chefe de 10 casas – munícipe.

Procurou-se, ainda, perceber dos munícipes se possuíam conhecimento da existência de uma estratégia de comunicação institucionalizada entre o CM e a Comunidade. A esse respeito, os entrevistados (M1 e M2) apenas fizeram referência à existência de Chefe de 10 casas como instância onde deixam as suas preocupações. A partir das entrevistas feitas, foi possível perceber que no Conselho Municipal não existe uma estratégia de comunicação institucionalizada, apenas faz-se referência de uma “maneira” de comunicação entre os gestores municipais e os munícipes, onde a

informação começa no Gabinete do presidente até ao Município, isto é, do topo para base. E quanto aos municípios, estes fazem referência apenas do chefe de 10 casas como a instância onde deixam as suas preocupações.

(B) Comunicação do CM com os Municípios

Nesta categoria que também tem única subcategoria, pretendia-se compreender a partir da percepção dos entrevistados como é que o CM se comunica com os municípios.

Segundo os entrevistados (PM, ASB e CL), os meios de comunicação são: reuniões com a população e, às vezes o uso da Rádio Comunitária. Os Municípios (M1 e M2) disseram que a comunicação entre o Conselho Municipal e os Municípios é feita através dos chefes 10 casas onde são deixadas as preocupações. E também através de reuniões esporádicas que têm existido. A comunicação entre o CM e os Municípios acontece, de acordo com os entrevistados, em dois níveis: o primeiro do município para as comunidades, este é feito por via de reuniões com a população e as vezes pela rádio e o segundo nível é das comunidades para o Município, neste processo, a comunidade deixa as suas preocupações no chefe de 10 casas.

(C) Reuniões Existentes

Nesta categoria, pretendia-se saber acerca das reuniões existentes, que tinha como primeira subcategoria frequência das reuniões e segunda a eficácia das mesmas.

Relativamente à primeira subcategoria o (PM) fez referência a reuniões periódicas mensais de três em três meses. O (CL) respondeu dizendo que existem os chefes de 10 casas, onde o município pode contactá-los a qualquer momento para deixar a sua preocupação e não existe um cronograma de reuniões como tal, o entrevistado (ASB) faz referência a existência de programa independente que o secretário do bairro faz para reunir e ouvir os problemas das comunidades. Em relação aos municípios, procurou-se saber se o chefe de 10 casas passa da sua casa em busca de preocupações, a resposta foi não. (M1 e M2).

Nesta subcategoria sobre frequência das reuniões, pode-se constatar que a frequência das reuniões existentes entre o CM e os Municípios é de três em três meses do modo geral. No entanto, o bairro faz um programa periódico para reunir e ouvir os problemas das comunidades. Mesmo assim, independentemente destas actividades programadas, o município tem a qualquer momento acesso do chefe de dez casas para colocar as suas preocupações a qualquer momento.

Na segunda subcategoria pretendia-se saber sobre a Eficácia das reuniões. A esse respeito, alguns entrevistados fizeram referência à falta de compreensão, oportunismo e baixo nível de cumprimento dos programas, como factores que põem em causa a eficácia da informação dadas nas reuniões (PM, CL e ASB). Em relação aos municípios, esses disseram que as reuniões não são eficazes porque as suas preocupações não são ouvidas e resolvidas (M1 e M2).

Nesta subcategoria, pode-se concluir que as reuniões não são eficazes, porque há falta de compreensão por parte da população, aliado também a afirmação dos (CL e PM) de que existem pessoas de má fé que agem para desinformar a comunidade o que origina a falta de compreensão por

parte da população. Outro aspecto para a ineficácia das reuniões segundo os munícipes é que apenas se colhem as preocupações e os problemas como tal, não são resolvidos.

Contudo, nesta categoria sobre Reuniões existentes, pode-se concluir que a frequência das reuniões existentes entre o CM e os Munícipes é de três em três meses do modo geral. No entanto, o bairro faz um programa periódico para reunir e ouvir os problemas das comunidades. Mesmo assim, independentemente das actividades programadas, o munícipe tem, a qualquer momento, acesso ao chefe de dez casas para colocar as suas preocupações (PM,CL e ASB);sobre a eficácia das reuniões, pode-se concluir que as reuniões não são eficazes porque há falta de compreensão por parte da população pois, existem pessoas de má-fé que agem para desinformar a comunidade (PM, CL&ASB).

Discussão dos Resultados

Estratégia de Comunicação Institucional

Mefalopulos (s.d, citado por 4 Change Comunidades Activas, 2014) diz que deve-se usar a comunicação e suas estratégias como forma de gerar mais conhecimento e consenso de modo a facilitar mudanças que propiciem o desenvolvimento. Trata-se de uma comunicação para o Desenvolvimento, cujo objectivo é de apoiar mudanças embasadas nas intervenções que suscitam o desenvolvimento envolvendo de forma permanente actores chave. Tem como finalidade a criação de ambientes propícios de avaliação de riscos e oportunidades; dissemina informação; motiva comportamentos e mudança social.

Como pode-se constatar relativamente a questão da institucionalização de comunicação, segundo alguns entrevistados, esta não existe, apenas fazem menção a uma “maneira” de comunicação entre os gestores municipais e os munícipes, onde a informação começa seguindo a sequência: *Gabinete do Presidente-Chefes de localidade – Secretários do Bairro-Chefe de Unidade – chefe de quarteirão – chefe de 10 casas – munícipe*”. E os munícipes por sua vez, fizeram referência apenas do chefe de dez casas como uma instância onde deixam as suas preocupações.

No entanto, verifica-se inexistência de um processo institucionalizado de comunicação, pois, há ausência de um quadro normativos que regula uma estratégia de comunicação ao nível das comunidades, o que faz com que todo o exercício se reduz a simples reuniões de consultas lideradas pelos dirigentes locais (presidentes dos municípios no caso dos municípios); Reduz o nível de responsabilização e comprometimento das autoridades; Enfraquece a obrigatoriedade dos órgãos de poder local a envolverem-se em todos seguimentos sociais no processo de comunicação; Permite que a prática seja da conveniência dos gestores do dia e não um direito que os cidadãos têm de formalmente serem envolvidos nos processos de tomada de decisão; e Torna a comunicação vulnerável às aleatoriedades e a fáceis alterações na alternância dos líderes, sobretudo quando haver mudança de partidos (Canhanga, 2008 & Nguenha, 2009).

Comunicação do CM com Munícipes

Segundo Sampaio (2015), comunicação comunitária é falar de algo que é produzido pela comunidade, ou seja, é uma comunicação produzida em comunidade para o consumo próprio. No entanto, em relação a comunicação do CM com os Munícipes, o que se conclui pelas respostas dos entrevistados

foi que elas acontecem em dois níveis: o primeiro é do município para as comunidades, este é feito por via de reuniões com a população e as vezes pela rádio; o segundo nível é das comunidades para o município, neste processo a comunidade deixa as preocupações no chefe de dez casas.

Estes níveis de comunicação vão de acordo com Sampaio (2015), na medida em que destaca alguns instrumentos e técnicas que podem ser utilizados na comunicação comunitária (rádio) e que facilitam o engajamento e a participação dos membros da comunidade.

A rádio comunitária quando trabalhada em comunidade, pode auxiliar na aproximação entre as pessoas. As rádios postes, bem como aquelas veiculadas por transmissão via ondas, quando desenvolvidas por membros da comunidade são mais frutíferas e devem ser dirigidas em favor do bem comum. Também é possível produzir programas de rádio pela e com a comunidade em uma programação mais próxima dos seus interesses.

Reuniões Existentes

Nesta categoria, a partir das informações recolhidas, pode-se constatar que a frequência das reuniões existentes entre o CM e os Municípios é de três em três meses do modo geral. No entanto, cada bairro faz um programa periódico para reunir e ouvir os problemas das comunidades. Independentemente destas actividades programadas, o município tem, a qualquer momento, acesso ao chefe de dez casas, para colocar as suas preocupações (PM, CL & ASB). Sobre a eficácia das reuniões, pode-se concluir que as mesmas não são eficazes porque há falta de compreensão por parte da população, porque existem pessoas de má fé que agem para desinformar à comunidade (PM, CL & ASB).

Portanto, percebe-se que existem diversas abordagens quando se pretende conceituar ou identificar os elementos de base do processo de comunicação.

Para Kotler & Armstrong (2007), uma comunicação é eficiente quando agrupa esses nove elementos fundamentais no seu processo de execução nomeadamente: Emissor – quem envia a mensagem; Codificação – é o processo transformador do pensamento em símbolos ou formas simbólicas; Mensagem – o conjunto de informações ou símbolos que são transmitido pelo emissor; Midia – são meio que são usados no processo de Comunicação através dos quais a mensagem circula ou passa do emissor para receptor; Decodificação – é o processo de dar significado por parte do receptor aos símbolos transmitidos pelo emissor; Receptor – diz respeito a parte que recebe a informação emitida; Resposta – é a reacção que o receptor tem depois da mensagem que foi exposto; *FeedBack* – é a resposta que o receptor da ao emissor; e por fim Ruído – distorção imprevista que ocorre durante o processo de Comunicação, nesse elemento, a mensagem chega ao receptor de forma diferente como o emissor enviou.

Quando não se respeita um desses elementos, enfrenta-se graves problemas, por vezes de difícil diagnóstico, facto que pode pôr em perigo a efectivação do processo de comunicação e consequentemente todos os objectivos pretendidos não serão alcançados.

Conclusões

Relativamente a existência de uma estratégia de comunicação institucional, percebeu-se que não existe, apenas faz-se referência a uma “maneira” de comunicação entre os gestores municipais e os municípios, onde a informação começa do Gabinete do Presidente e termina no município. E os

municípios fazem referência apenas do chefe de dez casas como uma instância onde podem deixar as suas preocupações.

No entanto, a ausência de um quadro normativos que regula uma estratégia de comunicação ao nível das comunidades faz com que todo o exercício se reduza a simples reuniões de consultas lideradas pelos dirigentes locais (presidentes dos municípios no caso dos municípios)

Em relação à comunicação do CM com os municípios pode-se concluir que ela acontece em dois níveis: o primeiro é do município para as comunidades. Este nível é efectivado por via de reuniões com a população e, às vezes, pela rádio. O segundo nível é das comunidades para o município, onde o chefe de dez casas e o principal elo de ligação.

Sobre a Eficácia das reuniões, pode-se concluir que as reuniões não são eficientes, porque há falta de compreensão por parte da população, por causa da desinformação.

Conclui-se que o processo de comunicação entre as entidades locais (Município) e a população do município da cidade X é deficiente, facto que põe em causa a sustentabilidade do processo de exploração dos Recursos Naturais no município da cidade X afectando, deste modo, o processo de desenvolvimento do Município.

Referências Bibliográficas

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Um Guia Prático e Crítico*. (1ª Ed.). Porto, Portugal: ASA Editores, S.A.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. (3ª ed.) Lisboa: Edições 70.
- Becker, M. L. (2015, Abril). *Comunicação comunitária e web 2.0: Convergências Teóricas e Perspectivas*. Comunicação apresentada na V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Midia Cidadã da FAAC/UNESP, Bauru-SP, Brasil. Recuperado em <https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidadada/dt1-1.pdf>
- Bogdan R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora
- Caetano, J. (2013). Fundamentos da Comunicação. Em R. Cruz, J. Caetano & M. N. Portugal (Coords). *Marketing e Comunicação, Desafios da Globalização: Marketing, Comunicação, Ética, Socialização e Responsabilidade social dos Media*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora, pp. 246 – 276.
- Caminhas, L. R. P. (2012). A informação na Comunicação: Uma Visão Paradigmática. *Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, 5(4). Recuperado em [file:///C:/Users/LABCONTA4/Downloads/35667-Texto%20do%20artigo-41964-1-10-20120801%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/LABCONTA4/Downloads/35667-Texto%20do%20artigo-41964-1-10-20120801%20(3).pdf)
- Canhanga, N. (2009). *Os desafios da descentralização e a dinâmica da planificação participativa na configuração de agendas políticas locais*. In: Brito, L. et al. (Eds.). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE, 90-118.

- Change Comunidades Activas. (2004). *Comunicação para o desenvolvimento*. Recuperado em <http://www.cidadesglocais.org/ficheiros/file/manualcomunicdesenv.pdf>
- Freire, P. (1983). *Extensão ou Comunicação?* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kotler, P & Armstrong, G. (2007). *Principio de marketing*. São Paulo, Brazil: Pearson Prentice Hall.
- Punch, M. M. K. (2003). *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo, Brasil: Summus.
- Magalhães, H. A. (s.d) *Comunicação e Desenvolvimento no Meio Rural*. Recuperado em http://www.fsma.edu.br/esfera/Artigos/Esfera_3_artigo_1.pdf
- Martins, G. A. (2006). *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo, Brasil: Editores Atlas S.A
- Paiva, R. (2003). *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Mauad.
- Sampaio, A. O. (2015). *Comunicação Comunitária, Minha Casa, Nossas Vidas: Construção Colectiva do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias*. Salvador-BA, Brasil.
- Siena, O. (2007). *Metodologia Da Pesquisa Científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Académicos*. Porto velho: Departamento de Administração. UNIR.
- Simões, P. G. (2015). Algumas contribuições de Robert E. Park para o campo da comunicação. Em L. M. S., Martino & A. C. S. Marques (Orgs.). *Teorias da Comunicação: processos, desafios e limites*. São Paulo, Brasil: Plêiade, pp. 47- 61. Recuperado em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/livro1-online.pdf>
- Telles, L. F. P. (2010). Elementos da Comunicação e suas formas de Planejamento. *Anuário de produção académica docente*, 3(5), 149-161. Recuperado em <http://repositorio.pgskroton.com.br/bitstream/123456789/1355/1/Artigo%2012.pdf>